



Ana Volpe/Agência Senado



Texto-base do senador Luiz Henrique (D) foi aprovado em julho

## Comissão do Código Florestal começa a examinar emendas

A comissão mista que analisa a medida provisória que alterou o novo Código Florestal se reúne

hoje e amanhã para analisar 343 pedidos de destaque para votação de emendas em separado. **3**

# CPI rejeita adiar fala da mulher de Cachoeira

Advogado pediu o adiamento sob o argumento de que Andressa Mendonça não havia sido intimada pessoalmente; ela, porém, deverá permanecer em silêncio

**A**ndressa Mendonça, a mulher do contraventor Carlinhos Cachoeira, comparecerá hoje à CPI que investiga as relações de seu marido com políticos, governos e empresas. O advogado dela havia pedido à comissão que o depoimento fosse adiado, sob o argumento

de que ela não foi intimada pessoalmente. A CPI negou a solicitação. O advogado de Andressa adiantou, porém, que ela não responderá às perguntas dos senadores e deputados federais da comissão. Ela é acusada de tentar chantagear um juiz federal para beneficiar Cachoeira. **3**

Marcos Oliveira/Agência Senado



José Sarney preside homenagem a Jorge Amado: "obra literária inigualável" e "capacidade de agir para construir o bem"

## Congresso homenageia Jorge Amado

O Congresso realizou ontem sessão solene para lembrar os cem anos de nascimento de Jorge Amado (1912–2001). Na homenagem, a

senadora Lídice da Mata disse que o escritor ajudou a construir a Bahia "no imaginário nacional e internacional". **2**

## Audiência debate agilização da Justiça com garantia de ampla defesa

Parlamentares e profissionais do Direito discutiram ontem o projeto de atualização do Código de Processo Civil, que vai voltar ao Senado depois de mudanças

na Câmara dos Deputados. Os participantes ressaltaram que ações mais rápidas não podem interferir nos princípios de ampla defesa e contraditório. **4**



Geraldo Magela/Agência Senado

Paim (C) conduz a audiência sobre o projeto na Comissão de Direitos Humanos

**Cidadão poderá participar de audiência sobre celular 3**

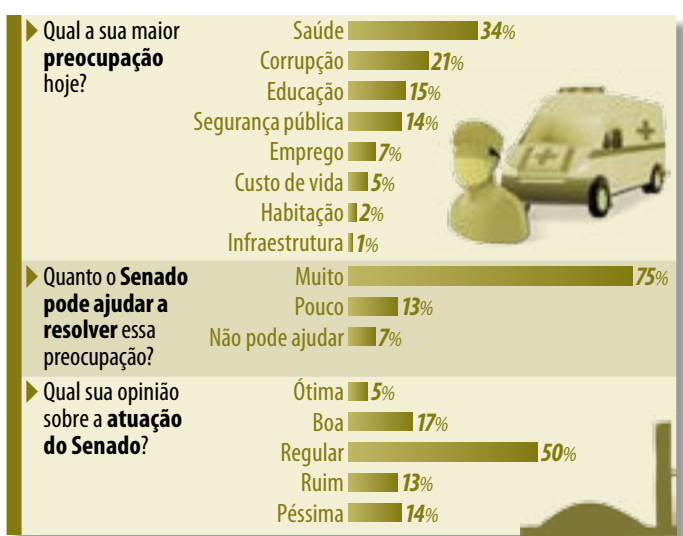
## Sarney: Congresso saberá harmonizar polêmicas do novo Código Penal 2

Marcos Oliveira/Agência Senado



Sarney recebeu juristas contrários à ampliação dos casos de aborto legal

### O cidadão e o Senado



Fonte: DataSenado

## Saúde é a questão que mais preocupa os brasileiros

A maior preocupação dos brasileiros é a saúde, seguida de corrupção e educação. Foi o que apontou pesquisa do DataSenado realizada com 1.227 pessoas em 123 municípios. Para 75% dos entrevistados, o Senado pode ajudar a resolver essas questões.

A pesquisa mostrou também que apenas 22% dos cidadãos consultados afirmam que têm alto interesse em política, mas 75%

consideram que o Congresso é muito importante para a democracia.

Em relação à elaboração de leis que ajudem o Brasil, 53% acreditam que o Senado cumpre o seu papel mais ou menos, enquanto 36% acham que cumpre mal e 9% afirmam que cumpre bem.

A pesquisa foi feita por telefone, entre os dias 10 e 24 de julho, com pessoas de 16 anos ou mais. **2**



Em sessão de homenagem a seu centenário de nascimento, escritor baiano foi lembrado pelas ideias libertárias e pelos personagens, que forjaram a imagem nacional e internacional da Bahia



Marcos Oliveira / Agência Senado

Walter Pinheiro, Jaques Wagner, Lídice da Mata, João Jorge Amado, Roberto Freire, Antonio Imbassahy, Artur Sampaio e José Sarney

## Congresso lembra olhar crítico de Jorge Amado

A RIQUEZA DA obra literária de Jorge Amado (1912–2001), a proximidade de seus personagens com a alma do brasileiro, as ideias libertárias e o olhar crítico à realidade política e social foram destacados nas homenagens a ele prestadas ontem, em sessão solene do Congresso realizada para celebrar o centenário de seu nascimento. Ele nasceu em 10 de agosto, em Itabuna (BA).

— Jorge Amado é a mais forte presença de escritor na vida brasileira, não só por sua obra literária inigualável, mas por sua capacidade de agir para construir o bem — afirmou o presidente do Senado, José Sarney, que presidiu a sessão.

Participaram senadores, deputados, representantes do governo federal e o governador da Bahia, Jaques Wagner. Pela família do escritor, participaram o filho João Jorge Amado

e o neto Bruno Amado.

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) disse que a Bahia perdeu “seu maior escritor, aquele que mais a conhecia e amava”. Ela afirmou que o escritor refletiu em sua obra tudo o que sua sensibilidade lhe permitiu captar. Na infância, a dura vida dos trabalhadores nas fazendas de cacau, a arrogância dos coronéis, a violência dos jagunços e a guerra pelo poder. Jovem adulto, em Salvador, encontrou uma realidade que pôs em seus romances pais de santo, crianças de rua, prostitutas.

— A Bahia que Jorge ajudou a construir no imaginário nacional e internacional foi essa gente marginalizada, a quem ele deu vez e voz em sua obra — afirmou Lídice.

Na visão do senador Walter Pinheiro (PT-BA), Jorge Amado usou a literatura para promover uma reflexão sobre

os temas sociais e raciais.

Na homenagem, foi constante a referência à atuação política do escritor, eleito deputado federal em 1945, pelo Partido Comunista. Ele propôs a lei — ainda vigente — que assegura a liberdade de culto religioso.

A sessão foi marcada também por manifestações sobre a criação da Casa do Rio Vermelho, um memorial para guardar os objetos de Jorge Amado e Zélia Gattai (1916–2008), na residência em que o casal viveu, em Salvador. A ideia é tomar o imóvel e transformá-lo em centro de visitação.

Pelo Senado, a iniciativa da homenagem foi de Sarney e Lídice. Assinaram o pedido Pinheiro e João Durval (PDT-BA). Outro requerimento, pelo Congresso, foi proposto pelo senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e pelo deputado Roberto Freire (PPS-SP).

## DataSenado: saúde preocupa população

Em pesquisa realizada pelo DataSenado, a saúde apareceu como a maior preocupação dos brasileiros, conforme declarado por 34% dos cidadãos ouvidos. A corrupção foi apontada por 20%. Para a maioria (75%), o Senado pode ajudar a resolver essas questões.

Na enquete — feita por telefone com 1.227 pessoas de 16 anos ou mais, em 123 municípios, entre 10 e 24 de julho —, no entanto, menos de

um quarto dos cidadãos (22%) informou ter alto interesse por política; 47% disseram ter interesse médio; e 29% declararam ter interesse baixo ou nenhum.

A democracia, contudo, é avaliada como a melhor forma de governo pelos cidadãos pesquisados — 75%. A pesquisa mostrou que também 75% consideram o Congresso muito importante para a democracia.

Quanto ao papel do Senado na elaboração de leis que

ajudem o país, 53% responderam que o cumpre mais ou menos; 36%, cumpre mal; e 9%, cumpre bem. Sobre fiscalizar o governo, 52% disseram que o Senado cumpre mais ou menos a missão; 33%, que cumpre mal; e 14%, que cumpre bem.

Além disso, 55% disseram crer que sua condição econômica melhorará nos próximos seis meses e 52% afirmaram que sua condição ficou igual nos últimos seis meses.

## Sarney: Congresso vai sanar polêmicas do Código Penal

O presidente do Senado, Jose Sarney, disse que o Congresso saberá harmonizar opiniões sobre os pontos polêmicos do novo Código Penal (PLS 236/12). A comissão especial fará hoje sua primeira reunião.

Sexta-feira Sarney recebeu os juristas católicos Ives Gandra Martins e Paulo de Barros Carvalho, que se posicionaram contra a

descriminalização de plantio e porte de maconha para consumo próprio e a ampliação das possibilidades do aborto legal.

— A sociedade democrática é uma sociedade de conflitos e opiniões e cabe ao Congresso harmonizar essas opiniões — disse Sarney.

A expectativa é de concluir a votação neste semestre, para o projeto ir à Câmara.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO: Medidas provisórias

14h Pauta trancada pela MP 563/12, que amplia o processo de desoneração da folha, e pela MP 564/12, que cria a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias.

#### PRESIDÊNCIA: Procurador do Rio

12h José Sarney recebe o procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Cláudio Soares Lopes; às 16h, preside a ordem do dia.

#### CAE: Free shops na fronteira

10h Análise de autorização de crédito para Blumenau (SC), Colatina (ES) e para o Ceará. Também na pauta projeto que libera free shops em cidades de fronteira.

#### CPI DO CACHOEIRA: Andressa

10h15 Depoimentos da mulher de Carlinhos Cachoeira, Andressa Mendonça, e do policial federal aposentado Joaquim Gomes Thomé Neto.

#### CMA: Agências reguladoras

11h Projeto submete agências reguladoras a auditoria anual do Tribunal de Contas da União. Outra proposta dispõe sobre equipamentos urbanos de abastecimento de água, coleta de esgoto, drenagem de águas pluviais, energia elétrica e iluminação.

#### CE: Universidades

11h Projeto exige, nas universidades, porcentagens mínimas para doutores, mestres e docentes com regimes de trabalho em tempo integral.

#### CÓDIGO FLORESTAL: Comissão mista

14h Reunião da comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 571/12, que altera o Código Florestal, para votação dos destaques.

#### CDH: Maria da Penha

14h Audiência comemora seis anos da Lei Maria da Penha. Entre os convidados, o presidente do STF, Carlos Ayres Britto. Às 16h, abertura da exposição *Seis anos em defesa das mulheres*.

#### CMO: Créditos para ministérios

14h30/18h A Comissão Mista de Orçamento reúne-se para examinar medidas provisórias e projetos de lei autorizando créditos para vários ministérios.

#### MERCOSUL: Isenção de IPI

15h Votação sobre isenção do IPI para máquinas e equipamentos na agricultura nacional, quando adquiridos por agricultores familiares ou por cooperativas.

#### CÓDIGO PENAL: Comissão especial

18h30 Primeira reunião da comissão especial destinada a examinar o projeto de reforma do Código Penal, quando serão eleitos o presidente e o vice-presidente.

#### FÓRUM: Encerramento

19h O Fórum Senado Brasil 2012 — ciclo de palestras sobre grandes temas da atualidade — encerra suas atividades com a conferência de Renato Janine Ribeiro.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burler

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep



Advogado de Andressa Mendonça alegou que intimação não foi entregue pessoalmente; parlamentares da comissão, porém, mantiveram depoimento dela para hoje

## CPI rejeita adiar fala da mulher de Cachoeira

O PRESIDENTE DA CPI do Cachoeira, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), negou o pedido que havia sido feito pela defesa de Andressa Mendonça para adiar o depoimento dela à comissão de inquérito, marcado para hoje.

O adiamento do depoimento havia sido proposto pelo advogado José Gerardo Grossi, que defende a mulher do contraventor Carlinhos Cachoeira, preso desde fevereiro.

O advogado alega não ter havido intimação pessoal e informa que sua cliente se dispõe a comparecer em nova data a ser posteriormente marcada pelos parlamentares da CPI.

De acordo com Vital do Rêgo, o depoimento de Andressa foi marcado com antecedência e ela teve tempo para se preparar.

O senador disse que pretende manter a praxe de não aceitar adiamentos de convocações — a não ser em casos justificados e comprovados de doença — para não comprometer o andamento dos trabalhos da comissão.

Sobre a comunicação oficial a Andressa Mendonça, a Polícia Legislativa do Senado informou à CPI mista que esteve duas vezes na casa dela, em Goiânia.

Na primeira vez, ela não foi encontrada. Na segunda, a convocação foi entregue a Robson Luiz Peres, que disse ser motorista de Andressa. De acordo com a Polícia Legislativa, ele se dispôs a receber o documento.

### Silêncio

Por meio da imprensa, o advogado José Gerardo Grossi já informou que Andressa Mendonça deve usar o direito de permanecer calada diante dos senadores e deputados federais.

A mulher de Cachoeira é acusada de ter participação no grupo criminoso e terá que explicar, entre outras coisas, a acusação de que tentou chantagear o juiz federal Alderico Rocha Santos, da 11ª Vara Federal de Goiânia, na tentativa de beneficiar seu marido.

A reunião de hoje da comissão parlamentar mista de inquérito está marcada às 10h15 e será realizada na sala 2 da Ala Nilo Coelho, no Senado.



Senador Benedito de Lira; o presidente da CPI, senador Vital do Rêgo; e o relator, deputado Odair Cunha: comissão ouvirá hoje a mulher de Carlinhos Cachoeira

Genaldio Magalhães/Agência Senado

## PSDB quer ouvir ex-governador de Goiás Iris Rezende

O ex-governador de Goiás Iris Rezende (PMDB) pode ter de prestar esclarecimentos à CPI do Cachoeira.

O requerimento para ouvir o antecessor de Marconi Perillo (PSDB) foi apresentado pelo deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), com base num relatório da Polícia Federal que aponta que o ex-governador goiano recebeu R\$ 2 milhões da organização criminosa de Cachoeira, por

meio de Sodino Vieira de Carvalho, coordenador-geral da campanha de Iris Rezende ao governo em 2010.

O requerimento destaca uma reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* que afirma que Sodino Vieira recebeu o dinheiro diretamente de Gleyb Ferreira da Cruz, um dos assessores mais próximos de Cachoeira.

De acordo com a PF, a verba integra um esquema

de lavagem de dinheiro e evasão de divisas operado por Gleyb.

Diante das denúncias, o deputado considera haver “fortes indícios do envolvimento de Iris Rezende com a organização criminosa”.

Em outro requerimento, ele pediu à CPI que ouça também Sodino Vieira, que já reuniu a imprensa para negar as acusações.

Os dois requerimentos

serão votados na terça-feira que vem.

Hoje, a CPI ouve a mulher de Cachoeira, Andressa Mendonça. Foi convocado para o mesmo dia o policial federal aposentado Joaquim Gomes Thomé Neto, apontado como um dos arapongas do grupo de Cachoeira.

Ele já tem decisão judicial favorável ao seu pedido de *habeas corpus* para permanecer em silêncio na CPI.

## Pela internet, cidadão poderá participar de audiência sobre falhas na telefonia celular

A audiência pública sobre as sanções da Anatel contra as operadoras de telefonia celular e sobre os planos de investimentos no setor, marcada para amanhã, terá possibilidade de participação popular — pelo telefone (0800 612211), pelo site do Alô Senado ([www.senado.gov.br/senado/alosenado](http://www.senado.gov.br/senado/alosenado)), pelo Twitter (@alosenado) e pelo Facebook.

As manifestações serão encaminhadas à Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que promovem a audiência.

Entre os convidados, estão o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo; o presidente da Anatel, João Rezende; a secretária da recém-criada Secretaria Nacional do Consumidor, Juliana Pereira; e o diretor do Sinditelebrasil, Eduardo Levy.

A iniciativa do encontro foi dos presidentes da CCT e CMA, Eduardo Braga (PMDB-AM) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), e de Walter Pinheiro (PT-BA).



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Compartilhamento de antenas melhorará serviços, diz Pinheiro

A proposta do governo de regulamentação do compartilhamento das torres de celular pelas empresas de telefonia, permitindo que um equipamento abrigue as estações de transmissão de várias operadoras, foi apoiada pelo líder do PT no Senado, Walter Pinheiro (PT-BA).

A medida foi anunciada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) após sanções, em julho, contra as operadoras.

Pinheiro disse que o compartilhamento das antenas permitirá a redução de custos para ampliar a cobertura nacional e a melhoria dos serviços.

Na avaliação dele, as sanções da Anatel contra as operadoras de telefonia móvel e a exigência da apresentação de planos de investimentos marcam uma nova fase do setor de telecomunicações no Brasil.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Comissão mista começa hoje a analisar emendas à MP do Código Florestal

A comissão mista que analisa a medida provisória (MP 571/12) que alterou o novo Código Florestal (Lei 12.651/12) se reúne hoje e amanhã para deliberar sobre 343 pedidos de destaque apresentados para votação de emendas em separado.

Em reunião no dia 12 de julho, os parlamentares aprovaram o texto-base do relatório do senador Luiz Henrique (PMDB-SC), após muita discussão e tentativas de obstrução da Frente Parlamentar da Agricultura.

O relator busca um texto de consenso, que facilite a aprovação da matéria nos Plenários da Câmara e do Senado. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Waldemir Moka (PMDB-MS) também consideraram importante a construção de um acordo em torno da MP do Código Florestal ainda na comissão mista, para acelerar a tramitação.

— A comissão mista reproduz a correção de forças no Congresso Nacional — afirma Rollemberg, prevendo que o entendimento tenderá a se reproduzir em Plenário, neutralizando possíveis tentativas de reapresentação de emendas por parlamentares não contempladas pelo relator na comissão mista.



Marcos Oliveira/Agência Senado



# Congresso quer que Justiça mais rápida mantenha a ampla defesa

Em audiência pública, parlamentares e profissionais do Direito debatem a busca pelo equilíbrio no projeto de novo Código de Processo Civil, que vai voltar ao Senado após mudanças na Câmara

O NOVO CÓDIGO de Processo Civil deve priorizar a conciliação para evitar o grande número de ações judiciais. A promessa é do relator na Câmara dos Deputados, Paulo Teixeira (PT-SP), que ontem participou de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado.

A proposta de atualização do código, assinada por José Sarney (PMDB-AP), já foi aprovada pelo Senado (PLS 166/10) e remetida à Câmara em 2010, onde tramita como PL 8.046/10. O projeto vai voltar ao Senado para análise das emendas dos deputados.

Na avaliação de Teixeira, o código em vigor é de uma “vertente mais privatista”, pois priorizaria o direito de propriedade e teria pouca relação com os direitos fundamentais previstos na Constituição. Além disso, prioriza ações individuais e oferece poucas possibilidades para ações coletivas.

O equilíbrio entre a simplificação do processo judicial e a garantia da ampla defesa e do contraditório também foi destacado pela desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Ana Maria Amarante Brito. Ela elogiou o esforço dos parlamentares pela concretização desses princípios com a duração razoável dos processos.

Na opinião da desembargadora, o projeto dá uma falsa expectativa ao prometer redução pela metade do tempo de tramitação dos processos com a adoção de novos instrumentos, como a conciliação. Ela disse que a Corte não possui estrutura para atender a crescente demanda judicial da sociedade.

— Quando se prioriza o contraditório e a ampla defesa, prejudica-se a duração razoável do processo. Temos de buscar a lógica do equilíbrio e não perder o norte da duração razoável — ponderou a magistrada.

## Escassez de recursos

O advogado e professor de Direito da Universidade de São Paulo (USP) Paulo Henrique dos Santos Lucon, que participa da comissão que analisa o projeto na Câmara, afirmou que faltam recursos e funcionários no

Poder Judiciário para atendimento das demandas. Ele informou que o custo da Justiça aumentou R\$ 55 bilhões em dois anos e, para ele, continuar aumentando os gastos não vai resolver o problema da morosidade judicial.

Lucon defendeu a criação de mecanismos para diminuir a demanda e fomentar meios alternativos para a resolução de conflitos. Ele propôs, entre outras sugestões, excluir a execução judicial das atribuições do Poder Judiciário. Na Itália, Alemanha, França e em Portugal, exemplificou, a execução não é mais responsabilidade do Estado.

A audiência pública foi proposta pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), e contou com a participação de estudantes de Direito de todo o país. Também participaram do debate o procurador da 4ª Região (RS) Sérgio Cruz Arenhart; os professores de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, Luiz Guilherme Marinoni, e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Daniel Francisco Mitidiero; e o coordenador executivo da organização não governamental Terra de Direitos, Antonio Sergio Escrivão Filho.



Senador lamenta a banalização da corrupção

## Alvaro Dias afirma que faltam nomes no banco dos réus do mensalão

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem que o julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF) pode marcar um novo tempo na política do Brasil. Mas, segundo ele, alguns nomes estão ausentes no banco dos réus. Alvaro citou um artigo de Sebastião Nery no qual o jornalista afirma que o mensalão nasceu da decisão do ex-presidente Lula em comprar o apoio de partidos em vez de negociar a cessão de ministérios.

Segundo Alvaro, o ex-deputado Roberto Jefferson — que denunciou o esquema em 2005 — disse que Lula não só sabia, mas atuava no esquema.

— A pergunta que se faz é: o ex-presidente cometeu crime de responsabilidade? — questionou.

O senador registrou que a imprensa internacional tem dado repercussão ao fato e elogiou a atuação do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, na condução do processo no STF. Alertou, no entanto, que existe no país uma “alienação revoltante”, que foi produzida pela banalização da corrupção nos últimos anos.

## Casildo cita reportagem de jornal e pede fim da compra de votos nas eleições

Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu o fim de “práticas não democráticas” que ainda persistem nas eleições municipais brasileiras.

O senador citou a compra de voto, a troca de voto por benefícios pessoais e o voto de cabresto. Ele mencionou reportagem da *Folha de S. Paulo* segundo a qual em cidades afetadas pela seca no Nordeste o abastecimento de água por carros-pipa está sendo atrelado ao compromisso de votar em determinado candidato.

Para Casildo, o Poder Legislativo tem papel importante no combate a essas práticas. Um primeiro passo seria aprovar o pacote de propostas discutidas no ano passado no Senado que promove uma reforma política — tratando de fidelidade partidária, financiamento público de campanha, coligações e voto facultativo.

Para ele, não se pode afirmar que o brasileiro não sabe votar. Diante de necessidades básicas ou tragédias naturais, “a consciência democrática torna-se um conceito inaplicável”.



Reforma política é necessária, diz Casildo



Paulo Teixeira, Ana Brito, Paulo Paim, Sérgio Cruz e Luiz Guilherme Marinoni discutem as mudanças no processo penal durante a audiência no Senado

## Entrada da Venezuela no Mercosul é positiva para o Brasil, avalia Anibal Diniz



Anibal Diniz (PT-AC) voltou a defender, ontem, a entrada da Venezuela no Mercosul.

— Gostemos ou não de Hugo Chávez, precisamos reconhecer que a incorporação da Venezuela como membro pleno do Mercosul é positiva para o Brasil — disse o senador.

Anibal argumentou que a adesão da Venezuela é apenas uma etapa de um longo processo, e não resultado de simpatia pelo presidente venezuelano.

— Não há parâmetros objetivos para se dizer que houve ruptura democrática na Venezuela — afirmou.

Anibal disse que o crescimento recente das exportações para a Venezuela mostra o potencial da relação entre os países, que deve ser favorecida com a entrada no bloco. Para ele, é preciso considerar quantidade e qualidade das exportações.

## Paim comemora repasse de recursos do Orçamento para universidade gaúcha

Paulo Paim (PT-RS) comunicou ontem que a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) recebeu R\$ 5 milhões do governo federal, graças a emenda da bancada gaúcha ao Orçamento de 2011, apresentada por ele após entendimentos com o Ministério da Educação.

A emenda prevê um desembolso total de R\$ 10 milhões, a serem utilizados na compra de equipamentos para laboratórios e atividades de ensino, pesquisa e extensão na universidade, criada há dez anos.

— O governo já está liberando os primeiros R\$ 5 milhões. A contrapartida estadual é de 20% — disse Paim.

O senador destacou que a Uergs está presente em 24 municípios gaúchos, promovendo o desenvolvimento regional sustentável por meio da formação qualificada. A instituição reserva 50% de suas vagas a candidatos com baixa renda familiar e 10% a pessoas com deficiência.

## Ana Amélia: Brasil precisa de choque de investimento em infraestrutura



Ana Amélia (PP-RS) cobrou ontem mais investimentos em infraestrutura. Ela disse que as iniciativas que o governo vem apresentando, como a redução do IPI para setores específicos, são positivas, mas têm pouco alcance e duração.

— Ferrovias, estradas, portos e aeroportos são as veias de um país. Por elas passam população, produção de grãos, entram e saem produtos importantes para que a máquina produtiva ande de forma azeitada — disse.

Ana Amélia afirmou que o governo precisa acabar com o que se chama de o risco de apagão logístico. Ela alertou que já está prevista a falta de caminhões para distribuir a produção agrícola.

— Parece que o Brasil não está preparado para suportar aumento de produção, com estradas cheias de buracos, portos com serviços caros e obsoletos.